



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input checked="" type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Do lugar das mediações sociais e da figura do urbanista como mediador: Subsídios para um estudo sobre Paulo Barbosa da Silva

*The place of the social mediations and the figure of urbanist as mediator:
Subsidies for a study about Paulo Barbosa da Silva*

*El lugar de mediaciones sociales y la figura del planificador como mediador:
Subsidios para un estudio sobre Paulo Barbosa da Silva*

PEIXOTO, Priscilla Alves Peixoto (1)

(1)Doutoranda em Urbanismo, Professora Substituta, UFRJ-PROURB, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; e-mail:
priscillapeixoto@gmail.com

Do lugar das mediações sociais e da figura do urbanista como mediador: Subsídios para um estudo sobre Paulo Barbosa da Silva

*The place of the social mediations and the figure of urbanist as mediator:
Subsidies for a study about Paulo Barbosa da Silva*

*El lugar de mediaciones sociales y la figura del planificador como mediador:
Subsidios para un estudio sobre Paulo Barbosa da Silva*

RESUMO

A historiografia sobre a formação do pensamento urbanístico tem nos mostrado que em diferentes contextos, conforme as diferentes condições locais, durante meados do século XIX, a cidade se tornava objeto de “discursos críticos” e “ações” cada vez mais recorrentes e incisivas.

Cada vez mais adensada, palco de conflitos sociais e foco de epidemias, mas também, construção material representativa de valores culturais e identitários, no século XIX, a cidade passava a ser vista como lugar de vícios ou virtudes, mas jamais neutro.

Esse processo de “objetivação” das cidades, quer nas ações quer no campo especulativo, pôde ser sentido também no Brasil.

No presente artigo, buscamos nos aproximar desse processo a partir da trajetória intelectual de Paulo Barbosa da Silva [1790-1868], uma importante personagem para história política e da vida cultural e artística do Brasil, durante as décadas de 1830 e 1840.

Com esse trabalho, busca-se sublinhar a atuação dessa personagem ainda pouco estudada junto a um grupo de outros atores que, pode-se dizer, forneceu a base para o desenvolvimento do urbanismo no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Paulo Barbosa da Silva, pré-urbanismo, Petrópolis

ABSTRACT

The historiography about the formation of urban thought has shown us that in different contexts, according to different local conditions, during the mid-nineteenth century, the town became the subject of "critical speeches" and "actions".

Scene of social conflicts and focus of epidemics, but also representative material construction of cultural and identity values, in the nineteenth century, the town had been seen as a place of vices or virtues, but never neutral.

This process of "focus" on towns' life, either in actions or in the speculative field, could be felt in the same period, also in Brazil.

In this article, we propose to approach this process from the intellectual trajectory of Paulo Barbosa da Silva [1790-1868], an important character to political history and cultural and artistic life of Brazil during the 1830s and 1840s.

With this work, we seek to highlight this character's role like part of a group whose provided the basis for the development of urbanism in Brazil.

KEYWORDS: Paulo Barbosa da Silva, pré-urbanismo, Petrópolis

RESUMEN

La historiografía sobre la formación de un pensamiento urbano nos ha demostrado que, en diferentes contextos, como las diferentes condiciones locales, durante la segunda mitad del siglo XIX, la ciudad se convirtió en el tema de "discurso crítico" y "acciones" cada vez más recurrente e incisivo.



Cada vez más denso, el escenario de los conflictos sociales y foco de epidemias, sino también, construcción material representativa de los valores culturales y la identidad, en el siglo XIX, la ciudad se ve como un lugar de vicios o virtudes, pero nunca neutral.

Este proceso de "foco" de las ciudades, ya sea en acciones o en especulativa, se podía sentir en el mismo período, también en Brasil.

En este artículo, tratamos de abordar este proceso desde la historia intelectual de Paulo Barbosa da Silva [1790-1868], un personaje importante para la historia política y la vida cultural y artística de Brasil durante los años 1830 y 1840.

Con este estudio, tratamos de destacar el trabajo de ese carácter como parte de un grupo de actores que, se podría decir, siempre que la base para el desarrollo del urbanismo en Brasil.

PALABRAS CLAVE: Paulo Barbosa da Silva, pre-planificación, Petrópolis

1. INTRODUÇÃO

A historiografia sobre a formação do pensamento urbanístico¹ tem nos mostrado que em diferentes contextos, conforme as diferentes condições locais, durante meados do século XIX, a cidade se tornava objeto de “discursos críticos” e “ações” cada vez mais recorrentes e incisivas. Cada vez mais adensada, palco de conflitos sociais e foco de epidemias, mas também, construção material representativa de valores culturais e identitários, no século XIX, a cidade passa a ser vista como lugar de vícios ou virtudes, mas jamais neutro².

Esse processo de “objetivação” das cidades foi longamente estudado por Françoise Choay em dois livros capitais: “O Urbanismo, utopias e realidades – uma antologia” e “A regra e o modelo”. Aquela autora, sobretudo nesse segundo livro, e também em texto de síntese para Enciclopedia Universalis³, proporia inclusive uma periodização desses processos para o caso europeu.

Choay entendia que a um tempo de “objetivação” das cidades como tema de discursos críticos (sobre algumas de suas partes e de ações tóxicas) – grosso modo do Renascimento à Revolução Industrial –, se sucederia um segundo tempo no qual as cidades se transformariam em objeto “total” do olhar e, conseqüentemente, em objeto de intervenções (reformas e remodelações) – grosso modo a partir da Revolução Industrial.

De meados do século XIX até o início do século XX, essas práticas que colocavam as cidades no palco dos debates políticos, econômicos, médicos, técnicos e artísticos, começavam, elas mesmas, a ganhar autonomia e a formar, por conseguinte, uma nova cultura construtiva. Ou seja, um “lugar” em que convergiam diferentes práticas, há muito tempo já consolidadas, e que passariam a ser conhecidas como “urbanismo”⁴.

¹ Dos quais podemos citar, ao menos: CHOAY, Françoise. “O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia”; RONCAYOLO, Marcel; PACQUOT, Thierry. “Villes et Civilisation Urbain”; CALABI, Donatella. “História do Urbanismo Europeu. Questões instrumentos e casos exemplares”; TOPALOV, Christian. “Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914”; PEREIRA, Margareth A. C. da Silva. “Notas sobre o Urbanismo no Brasil: construções e crises de um campo disciplinar”.

² Como já mostraram inúmeros historiadores do urbanismo desde o fim dos anos 1970, é forçoso repetir Choay, em “Le règne de l’urbain et la mort de la ville” (1994), “O termo [urbanismo] é um neologismo proposto pelo espanhol I. Cerdá em sua ‘Teoria geral da urbanização (1867). Ele foi introduzido na França, no curso dos anos 1910, por H. Prost e um grupo de ‘praticantes’ que gravitavam em torno do ‘Musée social’”. (tradução nossa) In: CHOAY, Françoise. Pour une anthropologie de l’espace. Paris: Seuil, 2006. p. 169-171.

³ Cf. CHOAY, Françoise. “Urbanismo – teorias e realizações”. In: PEREIRA, Margareth A. C. S. “Apostila didática da disciplina Urbanismo I”. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2003.

⁴ Segundo Choay: “A noção de urbanismo nasceu como parte de uma reflexão sobre o impacto espacial da revolução industrial: a cidade subitamente sofre uma convulsão (bouleversement) espontânea, que parece ser um desastre natural e incontrolável.

Desde a sua criação, a palavra serviu para designar duas abordagens diferentes:

Por um lado, ‘urbanismo’ designa uma disciplina nova que se declara autônoma e se vê como ciência da concepção de cidades. (...)

Por outro lado, e ao mesmo tempo, ‘urbanismo’ designa também uma outra abordagem, pragmática e sem pretensão científica. Essa abordagem não visa promover a mudança da sociedade, mas procura mais modestamente regularizar e organizar com o máximo de eficácia o crescimento e o movimento dos fluxos demográficos assim que a mudança de escala das construções e dos equipamentos são induzidos pela revolução industrial. (...). (tradução nossa) In: CHOAY, Françoise. Pour une anthropologie de l’espace. Paris: Seuil, 2006. p. 169-171.

É importante lembrar que, na sequência dos trabalhos de Choay aqui citados, outros autores e, particularmente Marcel Roncayolo, mostraram que, desde o século XII, o processo de “objetivação” da cidade quer sob forma de discurso, quer sob forma de intervenção concreta, enfoca dois aspectos. O primeiro, a forma física da cidade, isto é,

A posteriori, buscando compreender o nascimento dessa disciplina, alguns estudiosos passaram a se interessar pelos debates dos reformadores sociais que, ao longo do século XIX, colocaram as cidades – suas formas materiais e sociais⁵ – no centro de suas reflexões e ações. Trabalhos como da própria Françoise Choay, “Urbanismo – Utopias e Realidades – uma Antologia”, ao focar “as ideias que forneceram base ao urbanismo”, nos mostram que:

“(…) No momento em que a cidade do século XIX começa a tomar forma própria, ela provoca um movimento novo, de observação e reflexão. Aparece de repente como um fenômeno exterior aos indivíduos a que diz respeito. Estes encontram-se diante dela como diante de um fato (...) não familiar, extraordinário, estranho.”⁶

Como se sabe, esse grupo de reformadores sociais que enfocaram a cidade a partir desse processo de “estranhamento”, quer descritivo, quer polemista, foi nominado por Choay como “pré-urbanistas”⁷. Analisando pensadores europeus e norte americanos, essa autora observou reformadores como Robert Owen ou Charles Fourier, por exemplo. Mesmo não se tratando de arquitetos ou nem terem se dedicado ao desenho urbano, ela percebeu que eles haviam buscado estabelecer novas formas para os assentamentos coletivos e fomentado o debate sobre essa questão. Por outro lado, entre os pré-urbanistas, havia também atenção também figuras como a de Victor Considerant que haviam se dedicado a aprofundar, difundir e tentar por em prática ideias de seus contemporâneos.

Acreditamos com esse esforço, Choay contribuiu, de fato, para os estudos sobre “as ideias que forneceram base ao urbanismo”. Contudo, conforme as revisões metodológicas realizadas pelos trabalhos de Pereira, entendemos que no que diz respeito aos saberes urbanos, era necessária uma maior atenção aos debates sobre a formação desse mesmo campo – o urbanismo – em outras localidades. É essa autora quem escreve:

““(…) embora os sinais de formação de uma nova sensibilidade em relação à observação de cidades [ou do urbanismo nascente] sejam quase simultâneos, eles variam de intensidade de um contexto a outro, de um país a outro, de uma cidade a outra. (...)”

sua materialidade como “coisa” construída: suas tramas viárias, arquiteturas e construções em geral. O segundo, a sua forma de organização político-social, isto é: culturas dos seus habitantes, seus modos de vida, suas instituições políticas, jurídicas e sociais. Cf. Cf. RONCAYOLO, Marcel. “Le morphologie entre la matière et le social”. In: “Villes en Parallèle”. Nº 12/13. Université de Paris X, Laboratoire de Géographie Urbaine, 1988. p. 45-59.

⁵ É importante lembrar que, na sequência dos trabalhos de Choay aqui citados, outros autores e, particularmente Marcel Roncayolo, mostraram que, desde o século XII, o processo de “objetivação” da cidade quer sob forma de discurso, quer sob forma de intervenção concreta, enfoca dois aspectos. O primeiro, a forma física da cidade, isto é, sua materialidade como “coisa” construída: suas tramas viárias, arquiteturas e construções em geral. O segundo, a sua forma de organização político-social, isto é: culturas dos seus habitantes, seus modos de vida, suas instituições políticas, jurídicas e sociais. Cf. Cf. RONCAYOLO, Marcel. “Le morphologie entre la matière et le social”. In: “Villes en Parallèle”. Nº 12/13. Université de Paris X, Laboratoire de Géographie Urbaine, 1988. p. 45-59.

⁶ CHOAY, Françoise. “O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia” (1965). São Paulo: Editora Perspectiva, 2003. p. 4.

⁷ Os “pré-urbanistas” em Choay são definidos por constituir um grupo de “generalistas” que se dedicaram a “descrição” e/ou “polemização” dos fenômenos de urbanização crescente pelo qual passaram as cidades, sobretudo europeias, a partir da “revolução industrial”. Já os “urbanistas”, ao contrário, são “especializados” nas questões urbanas. Esses últimos, geralmente, são arquitetos, e tem por motivação a aplicação de suas ideias, ou seja, tem como principal finalidade a ação. Como podemos ver, os termos “urbanistas” e “pré-urbanistas” materializam os pressupostos de Choay a respeito dos processos de “objetivação” das cidades a que já nos referimos.



É necessário ter em mente (...) [as] diferentes cronologias e (...) série de cartografias envolvendo diferentes cidades e regiões, se quisermos não só contribuir para uma historicização mais complexa do movimento de formação do campo disciplinar, mas também, comparativamente, como se desenha a problemática do caso brasileiro”⁸.

Além da atenção às diferentes cronologias e às cartografias envolvendo diferentes cidades e regiões, em outros trabalhos dessa mesma autora⁹, observamos também a importância da atenção às trajetórias particulares e face às conjunturas locais. Ou seja, atenção maior aos atores desses debates, os próprios veículos da criação e da resignificação dos conceitos urbanísticos, presentes em cada cidade, região e país.

Essa necessária atenção técnica aos atores sociais, seja no plano individual ou coletivo pontuada por Pereira, tem encontrado em Christian Topalov um referencial metodológico importante, sobretudo em seu trabalho chamado “La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914”¹⁰, em que estuda a reforma social ocorrida no começo da Terceira República na França. É interessante notar aqui como o autor aproxima a análise de um conjunto de instituições ao exame das trajetórias dos indivíduos nelas envolvidos.

É nesse panorama teórico e metodológico que, ainda que de forma inicial e modesta, o presente trabalho busca contribuir para os estudos sobre “as ideias que forneceram base ao urbanismo” no Brasil. Assim, apresentaremos aqui alguns insumos para uma pesquisa sobre Paulo Barbosa da Silva e sua cultura construtiva.

2. PAULO BARBOSA DA SILVA E SUA AÇÃO “NOS BASTIDORES”

Paulo Barbosa da Silva [1790-1868] é um personagem incontornável para a história política e para o fomento da vida cultural e artística no Brasil, durante as décadas de 1830 e 1840. Pertencendo a uma “segunda geração”¹¹ de homens engajados em construir o Brasil como nação independente¹², ele seguirá o rumo lançado pela geração precedente. Ora optando por não romper com seus antecessores e buscando, com isso, manter a governabilidade e a coesão do território nacional, ora apontando diretrizes mais “progressistas” do que as deles.

Por isso, os trabalhos recentes que, em algum aspecto, abordaram a vida política na corte, durante meados do século XIX, são recorrentes em citar a figura de Paulo Barbosa. Para apontar apenas dois desses trabalhos, podemos citar a biografia de D. Pedro II escrita por José

⁸ PEREIRA, Margareth A. C. da Silva. “Notas sobre o Urbanismo no Brasil: construções e crises de um campo disciplinar”. In: MACHADO, Denise B. Pinheiro; SILVA, Rachel Coutinho M.; PEREIRA, Margareth A. S. “Urbanismo em questão”. Rio de Janeiro: PROURB, 2003. p. 57-58.

⁹ Cf. PEREIRA, Margareth A. C. da Silva. “Globalização e história ou atores e sociais e culturas urbanas já são levados a sério?” in: MACHADO, Denise B. P. “Sobre Urbanismo”. Rio de Janeiro: Viana & Mosley – PROURB, 2006.

¹⁰ TOPALOV, Christian. “Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914”. Paris : Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1999.

¹¹ Embora, evidentemente, o conceito de “geração” venha sendo discutido por historiadores, ele nos serve aqui para designar um grupo que se vê, não só como tal, mas desenvolve práticas sociais em torno de debates sobre o próprio país e, de certo modo, se espelha ou se contrapõe a outros grupos visto como predecessores.

¹² Sobre a ideia de formação nacional e a especificidade do caso brasileiro ver: MATTOS, Ilmar Rohloff. “O Tempo Saquarema – A formação do Estado Imperial”. Rio de Janeiro: Access, 1994. p. 117; Sobre o envolvimento de Porto-alegre nessa “construção” ver: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. “A invenção do Brasil – Ensaio de história e cultura”. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.



Murilo de Carvalho¹³, livro de grande circulação, e o breve, mas esclarecedor artigo de Júlio Bentivóglia¹⁴ sobre o grupo de palacianos que se articulavam junto a Aureliano Coutinho.

Em ambos os casos, a figura de Paulo Barbosa é chamada a narrativa para contextualizar as relações de poder no interior da casa imperial. Além de trazerem insumos mais gerais – o primeiro ao focar a atuação de Paulo Barbosa no casamento de Pedro II e Tereza Cristina, o segundo ao trabalhar as relações políticas, mesmo que de forma esquemática, dos membros da chamada “facção aulica” -, esses trabalhos denunciam a necessidade um maior aprofundamento nas pesquisas sobre Paulo Barbosa.

Talvez, tenha sido essa sua atuação quase sempre “nos bastidores”, o motivo por tão poucos escritos sobre sua vida e obra. No entanto, não se deve com isso minimizar a importância do estudo sobre sua biografia, sobretudo no que diz respeito às suas reflexões sobre cidades.

Recentemente, em nossa dissertação de mestrado¹⁵, ao estudarmos a tematização da cidade na produção de Manoel de Araújo Porto-alegre, foi possível aferir o quanto a proximidade de Paulo Barbosa foi decisiva no desenvolvimento de seu interesse pelo tema.

Antes do convívio com Paulo Barbosa, Porto-alegre não havia desenvolvido em seus trabalhos reflexões sobre as questões cidadinas, inclusive sua ação como arquiteto, pouco se fazia presente. A medida que a relação entre os dois se tornou mais próxima, verificamos o interesse sobre cidades ganhar forma na produção de Porto-alegre.

Conforme se pôde acompanhar, o arquiteto parecia, de fato, animado pelas conversas e sugestões do mordomo. No entanto, durante o período em que Paulo Barbosa viveu no exterior em carreira consular, entre 1846 e 1853, a atividade de Porto-alegre como arquiteto, sofreu grande impacto, pois deixava ter seu principal incentivador e patrocinador.

É importante salientar também que, não era Porto-alegre o único artista incentivado por Paulo Barbosa. Durante os anos em que trabalhou no Paço, sua casa ficou conhecida por abrigar um dos encontros mais concorridos da corte, conhecido também por ser uma das formas de articulação do grupo liberal.

Desde a década de 1830, sua residência em São Cristóvão, conhecida como “Quinta da Joana”, era frequentada por inúmeros políticos, palacianos, artistas e literatos.

Pode-se dizer que, esse “clube”, além de certas convergências políticas, também se mostrava pródigo em dinamizar a vida cultural do Império. Vários de seus participantes estiveram envolvidos na formação de importantes projetos culturais como, por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a edição da revista “Revista Guanabara - Revista Artística, Científica e Litteraria”.

¹³ CARVALHO, José Murilo de. D. Pedro II. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

¹⁴ BENTIVOGLIO, Júlio. “Palacianos e Aulicismo no segundo reinado – a Facção Aulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II”. In: Revista Esboços. Santa Catarina: UFSC, s.d., Volume 17, nº 23.

¹⁵ PEIXOTO, Priscilla Alves. “Os escritos de Manoel de Araújo Porto-alegre sobre cidades (1844-1853): temporalidades e sedimentações”. Rio de Janeiro: PROURB.FAU.UFRJ, 2013. (Dissertação de Mestrado)

3. APONTAMENTOS, POEMAS E CORRESPONDÊNCIAS DE MANOEL DE ARAÚJO PORTO-ALEGRE PARA PAULO BARBOSA

Não é estranho notar que, por esse motivo, tenha sido justamente Porto-alegre um dos primeiros a escrever sobre as contribuições de Paulo Barbosa para o Império, enfocando, sobremaneira, a construção da “cidade Imperial” chamada Petrópolis.

Dentre os textos que escreveu, certamente um dos mais significativos para esse fim, é um poema chamado “Corcovado” (1847), no qual Porto-alegre homenageia Paulo Barbosa e dedica alguns versos às imagens de “sua” Petrópolis.

*“(...) Petrópolis (...)
Onde há pouco serpentes sibilavam,
Onde as feras rugiam, e em que hoje a [régua] (...)
Traçando ruas, [projetando] (...) paços,
Canalizando rios, [quase] por encanto
Ergue nos [céu] (...) celestial cidade.

Oh que ternas saudades [associo a] (...)
Temperada Petrópolis (...)
Perene gratidão ferve em meu peito.
(...)
Eu vi da ilustre mente [de Paulo Barbosa da Silva] a ideia vivida
[e] radiante surgir, [criar] (...) no espaço
Teu porvir glorioso, e protegida
Por mão augusta, esvoaçar avante,
E em teus ermos [pousar] (...), tecer teu berço,
Teus muros levantar, (...)
Mais um centro de luz [a] brotar no Império”¹⁶*

No entanto, é na correspondência enviada por Porto-alegre a Paulo Barbosa¹⁷, durante sua temporada como diplomata, que se pode perceber que, Petrópolis, não era o único interesse do mordomo acerca das obras de melhoramentos urbanos e do desejo de intervir em cidades.

Em setembro de 1847, por exemplo, Porto-alegre, na qualidade de arquiteto da Casa Imperial e diretor de obras dos Palácios Imperiais, apressava-se em mostrar que mesmo com Paulo Barbosa distante, ele próprio estava empenhado em concretizar os projetos deixados em andamento pelo amigo. Assim, Porto-alegre relatava os pormenores da obra projetada por ele próprio para o Paço de São Cristóvão e, também, enviava notícias sobre outras obras da coroa como o novo matadouro de São Cristóvão e a administração de Petrópolis.

Essas cartas nos ajudam a compreender melhor a atuação tanto de Porto-alegre quanto de Paulo Barbosa e, apesar de não apontarem muitos detalhes dos projetos, dão indícios das relações travadas entre os amigos e das possíveis inserções profissionais de ambos.

¹⁶ PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. “O Corcovado”. Rio de Janeiro: Typographia do Ostensor Brasileiro de J. J. Moreira, 1847.

¹⁷ LACOMBE, Américo L. Jacobina (org.). “Araújo Porto-alegre – Correspondência com Paulo Barbosa da Silva”. Op. Cit.

4. A BIOGRAFIA DE PAULO BARBOSA POR AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

De fato, não são muitos os autores que se dedicaram, especificamente, a vida e obra de Paulo Barbosa da Silva. Destaca-se dentre eles Américo Jacobina Lacombe, um importante memorialista, cujo pai trabalhou como secretário do próprio Paulo Barbosa.

Por ter tido acesso a inúmeros documentos inéditos, o trabalho de Lacombe, “O Mordomo do Imperador” (1994), tem o mérito de ser o único trabalho que, de fato, se deteve sobre a trajetória de Paulo Barbosa.

Sendo um trabalho biográfico que cobre um amplo recorte da trajetória de Paulo Barbosa – de sua vida em Minas Gerais, antes da Independência, até sua volta a Mordomia, após anos de atividade diplomática (décadas de 1850-1860) –, o estudo realizado por Lacombe não tem a pretensão de abordar especificamente o interesse dele por obras de melhoramentos urbanos e pela a construção de cidades, como o propomos aqui.

No entanto, por sua atenção aos documentos de Paulo Barbosa e à sua obra, encontramos em seu trabalho um capítulo dedicado a construção de Petrópolis. Nele, por um lado, Lacombe apresenta os mesmos argumentos que Manoel de Araújo Porto-alegre já havia apontado e procura trazer documentos que atestem a posição do mordomo como o responsável por conceber a cidade. Por outro lado, apresentava também, em quais termos se dava a atuação de Júlio Frederico Koëler, tratando-o, a princípio, mais como um executor.

A narrativa de Lacombe se desenvolve em grande parte por meio de extensas descrições que enfatizam, sobremaneira, as relações pessoais e as intrigas junto aos membros da corte. No entanto, em uma pequena nota, já no final do capítulo, parece opor-se ao que, à princípio, havia exposto:

“No relatório apresentado ao Instituto Histórico, em 1855, manifestara-se Porto-alegre sobre Petrópolis, a propósito de Aureliano Coutinho, indicando Paulo Barbosa como idealizador da cidade. A ideia da colônia fora aventada por Koëler em opúsculo impresso com o fim de fundar uma companhia para aquele fim”¹⁸.

Como podemos perceber, frente a “descoberta” do texto de Koëler, o próprio Lacombe, parecia agora contestar os pressupostos de Porto-alegre, delegando a concepção da colônia, ao outro engenheiro.

Estranho é perceber a necessidade, até mesmo do experiente Lacombe, de personificar a figura, quase “mítica”, de um fundador para cidade. Centrado na biografia de Paulo Barbosa, esse autor, parecia não conseguir apontar o quê de fato já nos parece evidente: a concepção e construção de Petrópolis é, provavelmente, a consolidação de auspícios de diferentes indivíduos, dentre os quais, Koëler e Paulo Barbosa. Ou seja, ambos possuem papéis representativos.

Entretanto, o que nos parece ainda necessário, é melhor posicionar as contribuições de um e de outro, relacionando-as ainda às suas próprias produções e avaliando-as junto as suas próprias possibilidades de enunciação de questões urbanísticas.

¹⁸ LACOMBE. Op.cit. p. 164.

5. PAULO BARBOSA E OS “LIBERAIS” DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

No entanto, para que seja possível um maior entendimento sobre a própria construção de Petrópolis e seus principais articuladores, é necessário apontar algumas questões sobre Paulo Barbosa e o grupo que se articulava em torno dele e seu amigo Aureliano Coutinho.

Tratava-se de um grupo que se pode chamar “liberal”¹⁹ e que buscava, a partir da independência, lutar por uma política e administração mais descentralizada – ou federativa – proporcionando, assim, uma maior autonomia para cidades e regiões ou para províncias²⁰.

Segundo José Murilo de Carvalho, os liberais também eram menos resistentes à tendência de abolição do tráfico negreiro e se alinhavam aos interesses de profissionais urbanos e de proprietários rurais mais ligados ao mercado interno, sobretudo, em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul²¹.

Após a abdicação de Pedro I, já no período regencial, concorriam com os liberais no plano político, os restauracionista – aqueles que defendiam a volta de Pedro I ao Brasil – e os conservadores. No entanto, após 1834, com a morte do primeiro imperador, o que encerrava a causa dos restauracionista, o cenário político do império seria polarizado nas duas outras vertentes.

Conservadores e Liberais, ou usando nomes da época, “saquaremas” e “luzias”²², divergiam, sobretudo, quanto a forma de administração das unidades do Império brasileiro. Para muitos liberais, como já apontamos, era necessário prover autonomia política, sobretudo, às municipalidades, para que fosse decidido o curso das demandas locais mais de perto, deixando para o governo central a administração de questões mais amplas²³. Para os conservadores, ao contrário, o modelo administrativo deveria ser pautado na centralização política, ou seja, o governo central era o principal polo das decisões administrativas de todas as instâncias do governo.

A alternância desses dois grupos no poder durante a regência resultou em uma série de leis e interpretações sobre o poder federativo que inicialmente davam maior autonomia aos municípios, como a “Lei dos Municípios de 1828”. Entretanto, com a abdicação de Pedro I e as instabilidades locais, essa autonomia foi refreada por medidas conservadoras, como “Ato Adicional de 1834” e a “lei de interpretação do Ato Adicional de 1837”, que diminuíram respectivamente os poderes dos juízes locais e a autonomia das províncias.

Essa tendência de centralização era fomentada, não apenas pela maior permanência dos conservadores no poder, mas, sobretudo, pela ameaça constante de fragmentação do território em função das sucessivas revoltas ocorridas no período da regência.

¹⁹ É importante notar que o termo, nesse contexto, possuía um sentido divergente daquele que empregamos contemporaneamente.

²⁰ As províncias, como se sabe, foram novas divisões politico-administrativas introduzidas pouco antes da Independência e que se assemelham hoje aos “estados” na divisão geopolítica do território brasileiro.

²¹ CARVALHO, José Murilo de. “A vida Política”. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). “A construção nacional 1830-1889”. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. P. 95.

²² Para uma maior problematização sobre a formação e distinção dos dois partidos políticos em atuação no Segundo Reinado, ver: MATTOS. Op Cit. p. 98-101.

²³ Cf. PEREIRA, Margareth A. C. da Silva. “Notas sobre o Urbanismo no Brasil: construções e crises de um campo disciplinar”. In: MACHADO, Denise B. Pinheiro; SILVA, Rachel Coutinho M.; PEREIRA, Margareth A. S. “Urbanismo em questão”. Rio de Janeiro: PROURB, 2003.

Assim, durante toda primeira metade do século XIX, mesmo em épocas que os liberais estivessem no poder, a administração governamental não retomou medidas descentralizadoras em sua gestão²⁴. De fato, a fragmentação da vizinha América de colonização espanhola, com suas violentas lutas separatistas, era uma constante preocupação para os sucessivos ministérios brasileiros²⁵.

6. PETRÓPOLIS: “APENAS” UMA CIDADE IMPERIAL OU UMA NOVA CAPITAL DA PROVÍNCIA?

É em meio a essas disputas entre liberais e conservadores que, em 1834, é criada a ideia de Município Neutro – sede da corte – e da designação do Rio de Janeiro como tal. A partir de então, além da capital distinguir da lógica que regulava as demais vilas e cidades e regiões do Império, a província do Rio de Janeiro – instância federativa equivalente hoje ao estado do Rio de Janeiro – passava a ter também outra sede administrativa.

Conforme aponta Maria de Fátima Gouvêa, a posição de capital da província, até meados do século XIX, seria disputada entre as cidades de Campos e de Niterói. Em Campos, de fato, estavam as propriedades dos principais membros da política provincial, ao passo que, Niterói beneficiava-se da proximidade com a sede do governo central. Esse último argumento, acabaria sendo o mais preponderante, visto que a presidência da província do Rio de Janeiro era uma das principais bases para os governos do grupo conservador²⁶.

Embora a questão nunca tenha sido estudada sob esta ótica, vale lembrar que, após a antecipação da maioria do imperador, processo articulado diretamente pelo grupo de Paulo Barbosa e Aureliano Coutinho, nota-se a criação de uma outra cidade, Petrópolis. Esta já nascia com o estatuto de “Cidade Imperial” e recebia para sua construção investimentos tanto da casa imperial, quanto da administração da província. Seria ela, então, um novo elemento nesse jogo de forças políticas?

De fato, a criação de Petrópolis é articulada durante o início do segundo reinado, em um momento de especial força do grupo de Paulo Barbosa e Aureliano Coutinho. Nessa época, o gabinete da situação era liberal, Aureliano Coutinho ocupava o cargo de presidente da província – dessa forma, afastando os conservadores do cargo que haviam ocupado durante anos consecutivos – e Paulo Barbosa da Silva havia recém assumido a função de mordomo-mor da casa imperial.

Nos dias de hoje, é no mínimo inusitado pensar o papel que um mordomo possa assumir na administração governamental e política de um império. No entanto, os “palacianos”, séquito de homens e mulheres que se ocupavam da manutenção das residências e dos afazeres dos membros da família imperial, tinham grande influência na vida política do Império e do próprio Imperador, órfão e com pouca idade²⁷. Conforme aponta Júlio Bentivoglio:

²⁴ Cf. GOUVÊA, Maria de Fátima S. “O Império das Províncias – Rio de Janeiro, 1822-1889”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²⁵ Cf. CARVALHO, José Murilo de. “A vida Política”. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). “A construção nacional 1830-1889”. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

²⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima S. Op. Cit. p. 32-49.

²⁷ Conforme aponta José Murilo de Carvalho, em 1840, “colocava-se no poder uma criança tímida e inexperiente. D. Pedro nascido em 1825, era órfão de pai e mãe, só lhe restando no Brasil duas irmãs, com quem convivia numa corte chamada por um diplomata de ‘a mais triste do universo’. Fora educado sob rígida disciplina pelos homens da Regência, que procuravam fazer dele um governante perfeito nos termos dos modelos da época para os bons príncipes. Coroado, o jovem monarca esteve durante os primeiros anos sob a influência de palacianos a que se deu

“Ainda está por ser escrita a história do valimento no Império Brasileiro. Embora existam algumas obras de caráter mais geral e descritivo, não houve, por parte da historiografia recente, o interesse em se analisar a vida e o cotidiano dentro da corte ao longo do século XIX – um centro de poder e de decisão -, particularmente daqueles indivíduos que detinham o privilégio de compartilhar do dia-a-dia no Palácio de São Cristóvão, integrando a nobreza palaciana. O valimento é um fenômeno imprescindível para se conhecer a elite e as relações de poder no Brasil durante o oitocentos, algo que até agora pouco interessou à historiografia”²⁸.

Era responsabilidade do mordomo-mor administrar todas as propriedades do Império, bem como as propriedades particulares do Imperador e de suas irmãs. Conforme nos esclarece Américo L. Jacobina Lacombe, “nenhuma despesa extraordinária era paga sem a justificação do chefe da repartição e autorização escrita do mordomo”²⁹.

De fato, no caso de Petrópolis, Paulo Barbosa teve um papel preponderante na concepção da cidade³⁰. Responsável direto pela administração das casas imperiais, ou seja, do Paço do Rio de Janeiro, de São Cristóvão e de Santa Cruz, agora também propunha um novo Palácio e seu entorno. Muitas de suas atividades podem ser acompanhadas em cartas e bilhetes que trocava com frequência com o Imperador. Assim, segue como exemplo, uma em que o mordomo comunica o estágio das obras:

“Creio que para março, ou talvez em fevereiro mesmo, possam Vossas Majestades Imperiais vir ver minha Petrópolis que será um monumento eterno a glória para o seu reinado.

Já tenho mais de 400 famílias arranchadas. O que era há quatro meses matas virgens, é hoje uma povoação branca, industriosa, alegre e bendizente de V. M.I. Em quatro anos ela rivalizará com a de São Leopoldo, pois creio que não findará o ano com menos de 4.000 habitantes”³¹.

7. PAULO BARBOSA DA SILVA: ENTRE O POLÍTICO, O ADMINISTRADOR E O ENGENHEIRO

De fato, Petrópolis seria o ápice da ação conjunta de Paulo Barbosa e Aureliano Coutinho. No entanto, desde a época em que o primeiro era ainda apenas mais um palaciano de menor prestígio, mas já próximo ao Imperador, se podia observar a forma de atuação da dupla. Em 1843, por exemplo, seriam eles os responsáveis pelo casamento do jovem imperador com Tereza Cristina. O casamento do imperador era uma das mais importantes preocupações para política externa do império, uma vez que estabelecia diretamente alianças entre as nações. Se por um lado, Aureliano, na época exercendo cargo de Ministro das Relações Exteriores, engendrava os acordos internacionais, por outro, Paulo Barbosa, dentro da Casa Imperial, foi responsável por conduzir o jovem príncipe ao casamento feito por procuração³².

o nome de facção áulica”. Cf. “A vida Política”. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). “A construção nacional 1830-1889”. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. P. 97.

²⁸ BENTIVOGLIO, Júlio. “Palacianos e Aulicismo no segundo reinado – a Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II”. In: Revista Esboços. Santa Catarina: UFSC, s.d., Volume 17, nº 23. p. 188.

²⁹ LACOMBE, Américo L. Jacobina. “O mordomo do Imperador”. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. p.101.

³⁰ Cf. PORTO-ALEGRE. Manoel Araújo de. “Necrológio de Aureliano Coutinho”. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, T. XVIII.

³¹ SILVA, Paulo Barbosa. Carta dirigida a D. Pedro II, em 05 de setembro de 1845. In: LACOMBE. Op. Cit. p. 161.

³² CARVALHO. José Murilo de. D. Pedro II. São Paulo: Cia das Letras, 2007. p. 51.

É nesse papel, quase que “silencioso”, que é possível notar a presença importante de Paulo Barbosa. Percebe-se, inclusive, que ele não se ocuparia apenas de ações na política imperial mais ampla, como as já citadas participações na antecipação da maioridade e na negociação de casamento de Pedro II, mas também nota-se sua atuação em ações mais tópicas e ligadas ao cotidiano da administração das propriedades imperiais e, como consequência, da corte.

Nesse contexto, destaca-se, por exemplo, seu papel na negociação com administração do município neutro pela substituição do matadouro público da cidade do Rio de Janeiro. Ele era um dos que propunha deslocar o matadouro para junto das terras da casa imperial e liberar o porto da cidade, principal do país, dos inconvenientes da atividade insalubre³³.

Ora, não é só por ter sido um dos principais administradores das propriedades imperiais, ou seja, responsável pelo contrato de inúmeros artistas, arquitetos e engenheiros, que se pode aventar o interesse de Paulo Barbosa pelas obras de melhoramentos urbanos e pela construção de cidades. O próprio Paulo Barbosa foi também engenheiro formado pela Escola Militar.

Sua formação como engenheiro conta, inclusive, com uma temporada de estudos na França, entre 1825 e 1829, tendo participado da comitiva financiada pelo governo brasileiro que levou 13 oficiais para se especializarem nesse país. Durante esse tempo, fez estudos na Escola de Minas e na Escola de Aplicação de Engenharia em Metz. Participaram da mesma comitiva nomes como Sampaio, Gomes, Bellegarde e Bilstein³⁴. Além disso, já de volta ao Brasil, Paulo Barbosa passaria a ser, ele mesmo, membro do Imperial Corpo de Engenheiros.

Assim, nos voltando mais uma vez a questão de Petrópolis, podemos traçar como hipótese que a construção da cidade pode sim ter sido concebida para desarticular o núcleo de força “conservadora” no “interior” da província. No entanto, vale também aprofundar essa análise em outros termos. Sobretudo naqueles que envolvem a participação de Paulo Barbosa nesse empreendimento.

Nos parece importante sinalizar aqui, ser importante incentivar pesquisas que aprofundem sobre o papel dos membros do Imperial Corpo de Engenheiros no desenvolvimento dessa proposta. Além do próprio Paulo Barbosa, Júlio Frederico Koeler, designado para administrar a construção da cidade e autor de “Projeto de Estatutos para a Companhia de Petrópolis”³⁵, também participava do Imperial Corpo de Engenheiros. Apesar de existir inúmeros trabalhos sobre o papel desse último na confecção do “desenho” da cidade, pouco se sabe sobre a relação entre Koeler e Paulo Barbosa e suas implicações.

Apontamos que essa relação merece ainda maior atenção, pois não nos parece irrelevante, por exemplo, as circunstâncias pouco esclarecidas sobre a morte de Koeler, em Petrópolis, e, um pouco antes, sobre as ameaças de morte que levaram Paulo Barbosa da Silva a se afastar das tarefas da mordomia, em 1846³⁶.

³³ Conforme consta no guia de bens tombados do INEPAC, “O matadouro foi construído a partir de 1845, em terrenos da antiga Chácara do Curtume, em São Cristóvão. Por dificuldades em relação ao terreno pantanoso, só foi inaugurado em 1853. O projeto foi elaborado pelo engenheiro Paulo Barbosa da Silva e compreendia duas casas para administração, dois currais, dois pátios e quatro casas para abate. (...)” In: http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta_detalhe_bem&idbem=298

³⁴ LACOMBE, Américo L. Jacobina. “O mordomo do Imperador”. Op. Cit.

³⁵ KOËLER, Júlio Frederico. “Projeto de Estatutos para a Companhia de Petrópolis”. Rio de Janeiro: s. ed., 1843.

³⁶ Visando garantir sua segurança, o governo enviou Paulo Barbosa rapidamente como diplomata para Rússia. Saindo às pressas e tendo exercido por pouco mais de um ano a função de mordomo-mor, Paulo Barbosa havia



Tudo leva a crer que o empreendimento liberal da construção daquela cidade e o envolvimento dos dois engenheiros, de certo, desestabilizava jogos de poder há muito estabelecidos. Sobretudo porque Petrópolis trazia consigo novos padrões de assentamento, tais como, a opção por utilização de mão de obra livre (não escrava).

Segundo o próprio Paulo Barbosa, em suas anotações sobre Petrópolis, Aureliano Coutinho “sinceramente quis fazer as obras públicas com braços livres e acabar com os abusos de admitir escravos. Não havendo no país gente suficiente, contratou com Delrue de Dunkerke, trazer-lhe cem ou duzentos homens alemães, habilitados a fazerem estradas com as quais pretendia fazer a da serra da Estrela e outras nesta Província”³⁷.

De fato, já de saída, essa medida afrontava a base conservadora, que, como vimos, era também escravocrata.

8. CONCLUSÕES

Esperamos que com esse trabalho possamos ter apontado alguns insumos para o estudo de uma face de trajetória de Paulo Barbosa da Silva ainda tão pouco explorada. Trata-se do interesse que o político nutriu e desenvolveu pelas formas da cidade, durante os anos em que foi membro da casa imperial, sobretudo nos anos em que foi Mordomo-mor, a partir de 1840. Seja atuando no ordenamento vida coletiva, seja buscando intervir em sua forma física.

É importante ressaltar aqui que, já nesse primeiro momento, onde apenas apontamos nossas primeiras hipóteses para essa pesquisa, não buscamos analisar Paulo Barbosa da Silva de forma “autônoma” entre seus diferentes perfis, mas sim no cruzamento de suas ações como político, administrador, engenheiros ou fomentador das artes e dos artistas. Esperamos poder assim mostrar que o ímpeto construtivo e reformador de Paulo Barbosa não residiu apenas em sua Petrópolis, mas que se manteve firmemente ativa ao longo de sua atuação junto a Casa Imperial.

Por isso, este trabalho não foi apenas centrado na biografia de Paulo Barbosa, mas, sobretudo, busca compreender com ela a cultura construtiva da qual participou, visando dar a ver a rede de relações com as quais se envolveu e os debates em que tomou parte. Pretendeu-se com isso, para além do próprio Paulo Barbosa, lançar luzes sobre a participação dos engenheiros nas obras para as cidades e na reflexão crítica de sua forma social e material em meados do século XIX, no Brasil.

REFERÊNCIAS

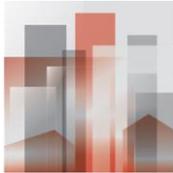
ABREU, J. Capistrano de. *Fases do Segundo Império*. Rio de Janeiro: SCA e Livraria Briguiet, 1938. P. 116. In: LACOMBE. Op. Cit.

deixado uma série de obras em andamento. Dentre elas, a mais significativa era a fundação de Petrópolis. Paulo Barbosa em carta ao Imperador Pedro II diz suspender, apenas, a obra do “Anjo Custódio” por ser de grande magnitude. As demais permanecem em andamento. Cf. LACOMBE, Américo L. jacobina. “O mordomo do Imperador”. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. p. 205.

³⁷ Cf. SILVA, Paulo Barbosa da. In: LACOMBE. Op. Cit. p. 156.



- BENTIVOGLIO, Júlio. "Palacianos e Aulicismo no segundo reinado – a Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II". In: *Revista Esboços*. Santa Catarina: UFSC, s.d., Volume 17, nº 23. p. 188.
- CALABI, Donatella. *História do Urbanismo Europeu. Questões instrumentos e casos exemplares*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem - Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008
- CARVALHO, José Murilo de. "A vida Política". In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- CASTRO, Celso. *O Espírito Militar. Um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia* (1965). São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- CHOAY, Françoise. "Urbanismo – teorias e realizações". In: PEREIRA, Margareth A. C. S. *Apostila didática da disciplina Urbanismo I*. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2003.
- CHOAY, Françoise. *Pour une anthropologie de l'espace*. Paris: Seuil, 2006. p. 169-171.
- DOSSE, François. *La pari biographique – Écrire une vie*. Paris: La Découverte, 2005.
- GOUVÊA, Maria de Fátima S. *O Império das Províncias – Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- KOËLER, Júlio Frederico. *Projeto de Estatutos para a Companhia de Petrópolis*. Rio de Janeiro: s. ed., 1843.
- LACOMBE, Américo L. Jacobina. *O mordomo do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema – A formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- PEREIRA, Margareth A. C. da Silva. "Globalização e história ou atores e sociais e culturas urbanas já são levados a sério?" in: MACHADO, Denise B. P. *Sobre Urbanismo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley – PROURB, 2006.
- PEREIRA, Margareth A. C. da Silva. "Las Nebulosas" In: *Documentos de historia y teoría*, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia – Facultad de Artes, 2007.
- PEREIRA, Margareth A. C. da Silva. "Notas sobre o Urbanismo no Brasil: construções e crises de um campo disciplinar". In: MACHADO, Denise B. Pinheiro; SILVA, Rachel Coutinho M.; PEREIRA, Margareth A. S. *Urbanismo em questão*. Rio de Janeiro: PROURB, 2003.
- PORTO-ALEGRE. Manoel Araújo de. *Necrológio de Aureliano Coutinho*. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, T. XVIII.



III ENANPARQ

III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva
São Paulo, 2014

RONCAYOLO, Marcel. "Le morphologie entre la matière et le social". In: *Villes en Parallèle*. Nº 12/13. Université de Paris X, Laboratoire de Géographie Urbaine, 1988.

RONCAYOLO, Marcel; PACQUOT, Thierry. *Villes et Civilisation Urbain*. Paris Larrousse, 1992.

TOPALOV, Christian. *Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*. Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1999.